

**MOSTEIRO DE ALCOBAÇA: PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE E  
CENÁRIO DOS EMPREENDIMENTOS AGRÁRIOS DE D. DINIS EM  
PORTUGAL (Séc. XIII e XIV)<sup>1</sup>**

**MOSTAGE OF ALCOBAÇA: HERITAGE OF HUMANITY AND  
SCENARIO OF THE AGRICULTURAL ENTREPRENEURSHIPS OF D.  
DINIS IN PORTUGAL (13th and 14th centuries)**

**MONASTERIO DE ALCOBAÇA: PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD  
Y ESCENARIO DE LAS EMPRESAS AGRÍCOLAS DE D. DINIS EN  
PORTUGAL (siglos XIII y XIV)**

---

Cleusa Teixeira Sousa

Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor da Secretaria de Educação do Estado de Goiás. E-mail: [cleotsou@gmail.com](mailto:cleotsou@gmail.com)

---

Maria Dailza da Conceição Fagundes

Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: [maria.fagundes@ueg.br](mailto:maria.fagundes@ueg.br)

---

Gilberto César de Noronha

Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: [noronha.gilberto@gmail.com](mailto:noronha.gilberto@gmail.com)

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi61.57185>

*Recebido em 28/07/2023*

*Aceito em 09/10/2023*

---

<sup>1</sup> O presente Artigo faz parte das reflexões desenvolvidas a longo prazo, desde pelo menos o Congresso Internacional Mosteiros Cistercienses: Passado, Presente, Futuro (2012), realizado no Mosteiro de Alcobaça pela Associação Portuguesa de Cister, nesta oportunidade apresentamos trabalho e discutimos a temática presente; a qual foi alvo de apresentação de trabalho também recentemente, no XX Jornada de Estudos Internacional do Núcleo Interdisciplinar Clássicos na Educação Formal Política: Verdade e Opinião na Antiguidade e no Medievo, Evento organizado pela Universidade Estadual de Maringá em 2021. A temática, encontra-se no bojo das pesquisas, debates e estudos desenvolvidos num *continuum*.

# Notandum, ano XXVI, 2023

## CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

**Resumo:** Este Mosteiro se tornou protagonista na criação de representações que contribuíram para a consolidação de um tipo de memória oficial<sup>2</sup>. Sua criação foi idealizada por D. Afonso Henriques (1143-1185), e ganhou notoriedade por se tratar de uma forma de povoar e arrotar as terras conquistadas aos muçulmanos. Corroborou para o surgimento de uma nova história em torno da monarquia portuguesa, garantindo-lhe uma iconografia original, uma literatura épica - romance entre Pedro e Inês de Castro - e representou o desenvolvimento da agricultura materializada pela experiência e trabalho dos monges cistercienses. Adornado pela flora, se solidificou em terras férteis se tornando um modelo de empreendimento agrário medieval. Seu cenário de memórias petrificadas<sup>3</sup> garantiu-lhe a classificação de Monumento Nacional Português (1910) e Patrimônio da Humanidade (1989), o tornando uma referência entre os lugares de memória deste país.

**Palavras-chave:** Monges cistercienses; Mosteiro de Alcobaça; D. Dinis; Agricultura Medieval.

**Abstract:** This monastery became a protagonist in the creation of representations that contributed to the consolidation of a type of official memory. Its creation was idealised by King Afonso Henriques (1143-1185), and it gained notoriety for being a way of populating and ploughing the lands conquered from the Muslims. It contributed to the emergence of a new history around the Portuguese monarchy, guaranteeing it an original iconography, an epic literature - romance between Pedro and Inês de Castro - and represented the development of agriculture materialised by the experience and work of the Cistercian monks. Adorned by flora, it solidified into fertile land becoming a model of medieval agrarian enterprise. Its scenery of petrified memories has earned it the classification of Portuguese National Monument (1910) and World Heritage Site (1989), making it a reference among the places of memory in this country.

**Keywords:** Cistercian monks; Alcobaça Monastery; D. Dinis; Medieval agriculture.

**Resumen:** Este Monasterio se convirtió en protagonista de la creación de representaciones que contribuyeron a la consolidación de un tipo de memoria oficial. Su creación fue idealizada por D. Afonso Henriques (1143-1185), y adquirió notoriedad por ser una forma de poblar y roturar las tierras conquistadas a los musulmanes. Contribuyó al surgimiento de una nueva historia en torno a la monarquía portuguesa, garantizándole una iconografía original, una literatura épica - romance entre Pedro e Inês de Castro - y representó el desarrollo de la agricultura materializada por la experiencia y el trabajo de los monjes cistercienses. Adornado por la flora, se solidificó en tierra fértil convirtiéndose en un modelo de empresa agraria medieval. Su entorno de memorias petrificadas le ha valido el estatus de Monumento Nacional Portugués (1910) y de Patrimonio de la Humanidad (1989), convirtiéndolo en una referencia entre los lugares de memoria de este país.

**Palabras clave:** Monjes cistercienses; Monasterio de Alcobaça; Rey Dinis; Agricultura medieval.

## Introdução

A escrita é guardiã fiel da memória. Deste modo ela torna presente as coisas antigas, atesta as novas, e comprovando-as, delas dá testemunhos a fim de que, no decurso dos tempos futuros, não caiam no esquecimento (TT. Mosteiro de Alcobaça. Documentos Particulares M.º 1, Doc. 13, Apud GOMES, 2002, p.187).

Na agricultura o homem desenvolve suas atividades frente a natureza. A luta do ser humano contra a natureza será tanto mais árdua quanto menores forem os seus conhecimentos e mais escassos forem os meios técnicos auxiliares de que dispõe (VAN BATH, 2000, p. 12).

<sup>2</sup>Em contradição a um passado definitivamente morto, encontramos o termo consolidado por Pierre Nora, o qual enfatiza que a história memória consegue arrancar do passado o que ainda lhe resta do que foi vivido na tradição, na repetição dos ancestrais, sob o signo de um sentimento histórico profundo. Deste modo, os lugares de memória estão diretamente associados à nossa história (NORA, 1993, p. 07-08).

<sup>3</sup> A evocação das memórias se faz presente em diversos lugares, como em Igrejas, Cemitérios, Mosteiros, dentre outros, os quais se perfazem como espaços que contribuem para o resgate das memórias do nosso passado. Pois, por detrás dessas construções e composições de seus artefatos, há um arcabouço de significados e significantes que aguçam a curiosidade dos pesquisadores e dos estudantes que precisam ser observadas, estudadas, desmistificadas, apreendidas e ensinadas a partir de seu próprio lugar de memória na história. (SOUSA; NORONHA, 2021, p. 351).

Esse artigo tem como propósito o estudo sobre o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, construído entre a junção de dois rios, o Alcoa e o Baça e localizado no município de Alcobaça<sup>4</sup> a 120 quilômetros da capital de Portugal – Lisboa. O Mosteiro tem sua fundação ligada a D. Afonso Henriques (1108-1185) que em 1153 concedeu aos monges da Ordem de Cister, na Estremadura portuguesa, um vasto território entre a serra denominada atualmente de Candeeiros e o Oceano Atlântico. Essa doação concebida como estratégia de povoamento do sul do território português, pode ser observada na Carta de doação feita pelo rei D. Afonso Henriques e rainha D. Mafalda à D. Bernardo, Abade de Claraval<sup>5</sup>, de uma herdade entre Leiria e Óbidos (Couto de Alcobaça), datada de 08 de abril de 1153<sup>6</sup>:

Em nome do Nosso Senhor Jesus Cristo, Amen (...) eu, D. Afonso pela divina misericórdia Rei dos Portugueses, juntamente com a Rainha D<sup>a</sup> Mafalda, minha mulher e companheira no reino fazemos testamento e em couto a vós D. Bernardo Abade do Mosteiro de Claraval e a vossos irmãos e todos os vossos sucessores (...). Damo-vos também o lugar que se chama Alcobaça, e vos fazemos dele testamento e Couto (...). Queremos que tenhais e possais com suas entradas e saídas, águas e pastos, e todas as mais pertenças, e com todas as terras cultivadas e por cultivar, vinhas, casas, hortas e pomares, e com todas as mais coisas, que neste limite se encerrarem, para provimento dos moradores, e tudo o que nele a dentro pertence ao direito Real seja desmembrado de nosso senhorio e trespassado ao vosso e confirmado nele como direito perpétuo (...) se por negligência vossa ou vivendo eu, deixardes sem meu conselho desamparado o lugar sobredito, o não possais nunca mais recuperar (CARTA DO COUTO, 1153 *apud* COELHO *et al.*, 2012, p. 92).

A região da Estremadura, ocupando a faixa litoral do centro do território português, detinha condições essenciais para a implantação de um mosteiro cisterciense. Assim, a escolha da localidade deu-se primeiramente, pelas terras férteis e a proximidade dos cursos de água que propiciavam a produção agrícola com destaque para o cultivo de produtos hortícolas. A mata existente nessa região fornecia madeira que servia como material para manutenção, construção e aquecimento. Do mesmo modo, o lugar era rico em matéria-prima, por exemplo, calcário,

---

<sup>4</sup> A cidade de Alcobaça está situada na região Central de Portugal, entre a Serra dos Candeeiros e a costa atlântica.

<sup>5</sup> Figura de destaque da Ordem de Cister (1098), São Bernardo (1090-1153), exerceu forte influência à espiritualidade ocidental no decorrer da Segunda Cruzada, dando suporte aos cristãos do Próximo Oriente. ANTT-PT/TT/MSMALC/1DR1/1; Bernard de Clairvaux assumiu o Abaciato-Geral da Ordem, liderança essa que culminou em 1153, com o ano da última fundação da sua *lavra de mais de trezentas*, esse registro refere-se precisamente ao Mosteiro de Alcobaça. (TAVARES, 2003, p. 09).

<sup>6</sup> O presente documento apresenta o selo pendente de D. Afonso Henriques e três selos rodados: de D. Afonso Henriques, da Rainha D. Mafalda e do Chanceler Mestre Alberto. ANTT-PT/TT/MSMALC/1DR1/1; Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1.<sup>a</sup> incorporação, Documentos régios, mç 1, n.º 1; ver também AZEDEDO, 1958, tit. 1, p. 297-8, n.º 243; t. 2, 1962, p. 745-6, n.º LI; LIMA, 1998. Esta obra referencia-se ao documento com a Era 1161, ano de 1133.

argila e cal. Soma-se ainda o isolamento contemplativo de um mosteiro da Ordem de Cister. (ANTUNES, 2013, p. 09-10).

Nessa perspectiva, o local selecionado para sua edificação favorecia a política agrícola dos cistercienses. Espaço de oração, trabalho e silêncio, também se consolidou como um lugar de produção cultural e intelectual, em que se concentrou a maior biblioteca do medievo lusitano. A natureza também dava forma graciosa aos jardins que compunham seu espaço, e assim transformava o lugar austero, em um local de bela construção gótica atrelada à “paisagem”, que o envolve. Além disso, Alcobaça possuía uma das maiores e mais afamadas bibliotecas monásticas do medievo, contando com cerca de 500 códices manuscritos, acumulados entre os séculos XIII e XV (NATIVIDADE, 1929; SARAIVA, 1993).

Esse artigo está estruturado em três partes. Primeiramente, a abordagem centra-se na análise do processo que concedeu ao Mosteiro, em 1989, o título de Patrimônio Mundial da Humanidade. A segunda parte, por sua vez, tem como foco o estudo do trabalho manual dos monges cisterciense em Alcobaça, durante o Medievo, sobretudo no campo da agricultura em que se destacaram pelo aperfeiçoamento das técnicas destinadas ao aumento da produção agrícola. Por fim, as discussões relacionam-se com o estudo da política agrária adotada pelo monarca D. Dinis (1279-1325). Em que foram estabelecidas relações de trabalho e convívio entre membros da sociedade local impulsionadas pelo conhecimento dos monges cistercienses, onde desenvolveram as práticas laborais pertinentes à produção agrícola e o crescimento econômico que se estendeu para além do crescimento habitacional da sociedade alcobacense, alcançando localidades vizinhas.

### **Mosteiro de Alcobaça: Monumento Nacional Português e Patrimônio da Humanidade**

A Abadia de Alcobaça foi eleita em sete de julho de 2007 como uma das sete<sup>7</sup> maravilhas de Portugal. É considerada um importante exemplo de mosteiro cisterciense e sua fundação, no século XII, se entrelaça com a própria história de Portugal. Em relação à estrutura, a abadia, primeiro edifício gótico edificado em solo português, foi construída seguindo uma planta comum a quase todos os mosteiros cistercienses: a Abadia de Claraval. Apesar da flexibilidade quanto às adaptações locais no processo de construção, em geral, seguia um padrão simples e de estética cisterciense.

---

<sup>7</sup> As sete maravilhas de Portugal são: Torre de Belém, Mosteiro dos Jerônimos, Palácio Nacional da Pena; Mosteiro da Batalha; Mosteiro de Alcobaça e castelo de Óbidos.

## Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

No edifício da abadia alcobacense havia tudo aquilo que os monges necessitavam para exercerem as atividades cotidianas e se tornarem comunidades religiosas autônomas com o tempo dedicado ao *ora et labora*. Em 1178, marca o início da edificação da igreja e do Mosteiro de Alcobaça próximo a confluência dos rios Alcoa e Baça:

Os Monumentos Cistercienses eram erguidos segundo uma planta-tipo que respondia às exigências de funcionalidade e economia de espaço e de movimentos, apenas admitindo soluções segundo os locais geográficos, os materiais disponíveis e as tradições culturais existentes. Numa fase posterior, pela construção da Igreja com a conseqüente implantação da cabeceira, capelas radiantes, deambulatório, transeptos e naves. São do século XIII as dependências medievais: Sala do Capítulo, Sala dos Monges, Parlatório, Dormitório, Refeitório e Cozinha. No século XIV realizou-se a construção do Claustro D. Dinis ou do Silêncio e todo um conjunto de espaços e funções diversas correlacionadas. O edificado no século XIV constitui o coração do Mosteiro, em torno do qual se desenvolvia o quotidiano dos monges [...] foram ainda depositados, no século XIV, os túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro, no Panteão Régio, exemplares únicos da escultura tumular gótica existente no nosso país (ANTUNES, 2013, p. 12-13).

A respeito da preservação dos patrimônios edificados, no artigo 3º da Carta de Veneza de maio de 1964 consta que “A conservação e a restauração dos monumentos visam à salvaguarda tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”. Nessa perspectiva, o conjunto monumental da Abadia de Alcobaça constitui o mais conservado exemplo da arquitetura gótica em território português.

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade (CARTA DE VENEZA, 1964 *apud* IPHAN, 2000, p. 1).

A esse respeito, o conjunto arquitetônico que integra o Mosteiro é considerado um monumento que deve ser concebido inseparável da história de Portugal de que é testemunho. Assim, em relação ao seu estudo, alguns marcos patrimoniais que remontam ao início do século XX são relevantes e merecem discussão.

Trata-se do Decreto N° 136, publicado no Diário do Governo em 23 de junho de 1910 foram classificados como monumento vários imóveis portugueses de forma sistemática segundo a tipologia: “[...] determinar que sejam considerados monumentos nacionais os que constam da nova classificação feita pelo respectivo conselho (na qual incluem os já anteriormente classificados) [...]” (DECRETO N°136, 23/06/1910, p. 2163). Nesse Decreto, o

## Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Mosteiro de Alcobaça foi classificado como Monumento Nacional Português, sendo inserido na lista de acordo com a tipologia como monumentos religiosos - mosteiros, no Distrito de Leiria: “Alcobaça – Mosteiro de Alcobaça, compreendendo os túmulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro” (DECRETO N°136, 23/06/1910, p. 2164).

Em 1989, por iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO<sup>8</sup>), na 13ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Paris, o Mosteiro de Alcobaça foi listado como Patrimônio Mundial (UNESCO, 1989). A concessão do título deu-se mediante critérios definidos pela *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* de 1972. O propósito da Convenção, aprovada em Paris pela Conferência Geral da UNESCO, em sua XVII Sessão, realizada entre os dias 17 de outubro e 21 de novembro de 1972, é a adoção de medidas visando o incentivo à preservação de bens culturais e naturais importantes para a humanidade. Num âmbito de esforço internacional, considerando o risco de degradação, destruição e desaparecimento vivenciado pelo patrimônio cultural e o patrimônio natural que geraria um empobrecimento para todos os povos do mundo, na Conferência foi deliberado que “bens do patrimônio cultural e natural apresentam um interesse excepcional e, portanto, devem ser preservados como elementos do patrimônio mundial da humanidade inteira” (UNESCO, 1972 Apud IPHAN, 2006, p. 269). No que se refere à classificação, na Convenção de 1972, foi definido como patrimônio cultural:

Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumental, elementos ou estruturas de natureza arqueológica [...] os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza [...] (UNESCO, 1972 apud IPHAN, 2006, p. 270).

Assim, considerando a excepcional importância cultural enquanto patrimônio da humanidade e exemplo da arquitetura cisterciense em Portugal, o Mosteiro foi classificado pela UNESCO, em 1989, em Paris, como Patrimônio Mundial a partir da recomendação do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios<sup>9</sup>: “ICOMOS recomenda que o Mosteiro de Santa Maria

---

<sup>8</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, sediada em Paris, foi fundada em 1945 com a missão de promover a paz por meio da colaboração internacional e investir no bem-estar comum da humanidade nos campos da educação, da ciência e da cultura.

<sup>9</sup> O Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), organização não-governamental, fundada em 1965 e com sede em Paris, França, tem dentro as suas atribuições, a atuação na conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico e o monitoramento do estado de conservação dos bens incluídos na lista de Patrimônio Mundial.

## Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

de Alcobaça seja incluído na Lista de Patrimônio Mundial com base nos I e IV” (ICOMOS, 1989).

Em relação ao critério I de classificação, destacam-se: as magníficas dimensões, o estilo arquitetônico, a beleza dos materiais utilizados na construção, o fato do Mosteiro de Alcobaça ser um exemplo da arte gótica cisterciense e do estilo estético das construções da Ordem de Cister. Além disso, consideraram também a presença dos túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro como modelos de esculturas funerárias góticas. Quanto ao critério IV, no processo foi considerado que:

O Mosteiro de Alcobaça é um exemplo de grande estabelecimento cisterciense com uma infraestrutura única de sistemas hidráulicos e edifícios funcionais. Merecidamente reconhecida, a cozinha do século XVIII acrescenta interesse ao conjunto de edifícios monásticos da época medieval (claustro e lavabo, sala capitular, salão, dormitório, quarto dos monges e refeitório) (ICOMOS, 1989).

Além disso, na proposta de candidatura desse bem cultural, a justificativa apresentada pelo ICOMOS respalda-se na ligação entre o Mosteiro e a história de Portugal:

A fundação do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça está intimamente ligada aos primórdios da monarquia portuguesa. Quando Afonso Henriques foi proclamado D. Afonso em 1139, baseou a sua reconquista política nos Cruzados [...] e nas ordens religiosas. Alcobaça foi entregue aos cistercienses em reconhecimento da vitória<sup>10</sup> em Santarém (1152) com o entendimento de que iriam colonizar e lavrar as terras circundantes (ICOMOS, 1989).

Assim, observa-se esse entrelaçamento entre a criação do Mosteiro de Alcobaça, no século XII e a história portuguesa. Observa-se ainda que na justificativa para o título de Patrimônio Mundial para o Mosteiro, considerou-se o papel exercido pelos monges no cultivo das terras circundantes ao Mosteiro durante o processo de povoamento do território conquistado na região da Estremadura. Nesse sentido, ressalta-se a importância do estudo dessa abadia no Medievo considerada como uma das casas cistercienses mais importantes do medievo português.

### **Os monges cistercienses de Alcobaça**

Apesar da importância da localização do Mosteiro de Alcobaça e imediações com terras férteis e propícias para o desenvolvimento de atividades agrícolas, a participação dos monges

---

<sup>10</sup> Em 15 de março de 1147, as tropas lideradas por D. Afonso Henriques conquistaram a cidade de Santarém no processo de Reconquista contra os mouros.

## Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

bem como as políticas agrárias de governantes portugueses como D. Dinis foram cruciais para que essa empreitada se fortalecesse e ganhasse mais êxito. No tempo do sexto rei português, D. Dinis (1279-1325), havia cerca de 900 monges que o habitavam.

Nada casual, esse período ficou conhecido como os tempos áureos da produtividade agrícola deste local. Este Mosteiro está localizado na região da Estremadura, onde predominava ampla diversidade cultural. A vastidão da produção agrícola dessa região ocorreu por meio da atuação dos monges cistercienses de Alcobaça, os quais exploravam algumas regiões mais cultivadas e bem aproveitadas em Portugal (FERNANDES, 2008; MARQUES, 1968, p.74).

Os monges de Alcobaça intitulados de “Agrónomos” por Natividade (1942) dominavam técnicas agrícolas importantes para o cultivo das terras da Estremadura. A imagem do Mosteiro nos mostra o quanto bem ele foi edificado no medievo português.



**Imagem 1** – Fachada principal do Mosteiro de Alcobaça (MEHLING, 2013).

Na região existiam os campos de policultura, onde ocorriam o enxugo dos pântanos e se arroteava os areais da beira mar das serras calcárias, onde havia também o pastoreio de ovelhas. Os produtos agrícolas que cultivavam na Estremadura, eram relativos às hortaliças, cereais como milho e trigo, a vinha e algumas frutas. Já nas zonas sulistas cultivavam o pão, cujos solos eram bastante produtivos. Todavia, na Estremadura o cereal mais cultivado era o trigo, depois o milho, a cevada e havia ainda uma colheita mínima de centeio e de leguminosas.

O Mosteiro foi alicerçado em terras férteis por causa dos rios Alcoa e Baça que o cercavam e envolto pela natureza da mata local. Assim, a localidade escolhida para a construção da abadia entre os rios, atendia as três exigências indispensáveis para construção dos edifícios cistercienses que “harmonizavam o rural com o espiritual: isolamento, água e pedra” (JORGE, 2019, p.11).

Neste local, a vida dos monges era regida pela leitura e exemplo de autoridades do pensamento cristão. Nesse sentido, a biblioteca local garantia-lhes acesso as obras de Orígenes, Santo Ambrósio, Santo Agostinho e São Gregório, leituras que lhes serviam de inspiração para buscar argumentos e para que realizassem suas compilações.

Outrossim, os monges aqui citados também mantinham contato com obras extra hagiográficas, visto que no *armarium* da Abadia de Santa Maria de Alcobaça, tinham acesso à textos historiográficos – de ordem cronográfica, antropológica -, a exemplo daqueles redigidos por Isidoro de Sevilha, Euzébio de Cesareia, dentre outros (AIRES, 1991, p.147).

Ainda que essas historiografias disseminadas no Mosteiro tivessem como fim último evocar e compreender o pensamento acético e devotado aos mistérios divinos, os monges cistercienses não estavam alheios à evocação de memórias do passado universal ou local, que estavam carregadas de considerações intelectuais de uma história concreta que as gerações humanas não deveriam deixar cair no esquecimento (GOMES, 2002, p.191). Para além de compiladores de documentos, os monges se tornaram guardiões da biblioteca, onde constantemente buscavam conhecimento (TEODORO, 2012, p. 20).

Bernardo de Claraval, se tornou uma figura célebre da ordem de Cister, o qual alcançou êxito tanto no mundo monástico como fora dele, um representante dos seguidores da Regra de São Bento. Este abade liderou a ordem cisterciense em Portugal (LEROUX, 1991, p.13).

Apesar da atividade “natural” dos monges ser a oração por si e pela comunidade em geral, os cistercienses exerceram ofícios relativos à agricultura atrelado ao seu *modus vivendi*. Espalhados por toda a Europa desde meados do século XII, levaram para seus locais de destino novas concepções da agronomia, contribuindo para que os mosteiros onde viviam se tornassem locais de pleno desenvolvimento e ensinamento de práticas agrícolas. Com o Mosteiro de Alcobaça não foi diferente, esses monges disseminaram as técnicas relativas à agricultura não só na comunidade monacal, mas para um vasto território português, influenciando a sociedade a desenvolver a agricultura em suas terras e nas terras despovoadas, bem como lhes ensinando a preparar o solo e aplicar técnicas para o plantio e cultivo dos produtos.

Os monges cistercienses aplicavam seu conhecimento dos métodos de plantio e aragem em unidades agrícolas autônomas denominadas de granjas que eram administradas pelo abade do mosteiro e exploradas pelos religiosos locais. Eram compostas por cerca de duzentos a trezentos hectares que eram exploradas sob a vigilância de um monge, ou por operários agrícolas do mosteiro (HENRI, 2007, p.74).

## Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Não foi por acaso que esse Mosteiro se tornou uma das maiores fontes de economia do reino em seu tempo:

Como na maioria dos Mosteiros Cistercienses, uma poderosa organização aliada a um pragmatismo e a uma clarividente acção administrativa, levou Alcobaça a tornar-se a maior "máquina económica" do seu tempo em Portugal, o que lhe grangeou poder, prestígio e certamente um modo de vida diferente do das origens. Longa foi a evolução histórica, organizacional e espacial, mas sempre com o Mosteiro e o seu Abade como pontos centrais e a água como elemento imprescindível ao seu funcionamento (TAVARES, 2003, p. 11).

Esses monges tinham amplo domínio e conhecimento relativo às técnicas agrícolas daquela época. Os métodos de plantio associados à captação de água potável e ao sistema hidráulico adotado pelos monges para irrigação, chamavam a atenção por estarem para além de seu tempo.

O Mosteiro de Alcobaça expandiu seu domínio para além das terras doadas por D. Afonso Henriques. No processo de alargamento de seu território, o espaço dos núcleos populacionais da região da estremadura foi marcado pela presença de herdades e granjas da abadia com a instalação de vinhas, hortas e pomares. Além disso, a abadia teceu a sua volta “uma apertada rede de propriedades, que lhe facilitava a entrada nos circuitos comerciais mais importantes que a nossa Idade Média conheceu, valorizando ao máximo os seus produtos” (GONÇALVES, 2019, p. 94).

Toda região aos arredores do Mosteiro foi bem aproveitada pelos monges, que tornaram os terrenos aráveis por meio do sistema de arroteamento constituindo nesses espaços pomares – com diversos tipos de frutas, como pera, maçã, ameixa e figo -, granjas, pântanos, vinhas etc. Trabalharam na secagem de pântanos e administraram celeiros régios também, além de influenciarem os colonos que executavam atividades de natureza agrícola nessas proximidades. Nesse sentido, D. Dinis se fez valer do conhecimento dos monges para ampliar as terras cultivadas em territórios fronteiriços e interioranos, alavancando a economia portuguesa em seu tempo.

A dureza do trabalho manual realizado pelos monges nos campos de Alcobaça, apresentava dupla faceta, tanto representava o sustento da comunidade local, quanto exibia o carácter simbólico religioso, visto que o trabalho marcava o sacrifício de louvor a Deus, num ambiente em que a oração e o trabalho assumiram a mesma dimensão se tornando inseparáveis. A esse exemplo cita-se que no século XIV, os monges realizavam o trabalho em granjas e quintas dos Coutos, se entregando à dureza das atividades agrícolas (NATIVIDADE, 1960, p. 67).

Tanto os monges que fizeram votos perpétuos, quanto àqueles que não o fizeram, mantiveram relações de trabalho com os camponeses e colonos na lida com a terra, provendo-lhes os meios e utensílios necessários para semear a terra, mas também administrando-lhes os sacramentos e os assistindo solidariamente em suas enfermidades (SÃO BOAVENTURA, 1827, p.37).

### **A política agrária de D. Dinis e a atuação dos Monges de Cister em Alcobaça**

Dentre os diversos títulos atribuído a D. Dinis está o de rei-lavrador:

[...] não só pelas reformas que incorporou na agricultura, pelos pinhais de Leiria que plantou e pela repovoação das terras que devolveu ao solo lusitano à sua natural fertilidade, mas também porque lavrou a terra do futuro de Portugal, quer dizer, estabeleceu os cimentos da sua história futura, abriu a terra do seu presente para que recebesse satisfeita as sementes da civilização (FERNANDEZ, 2009, p. 37).

Este rei favoreceu o desenvolvimento da agricultura, por isso, lhe foi conferido o título de “Lavrador”. A política agrária adotada por D. Dinis tornou os campos aráveis e férteis, incentivando as sociedades locais a desbravar as terras e a semear os campos, os quais foram sendo cada vez mais povoados.

O crescimento populacional e o acréscimo da produção agrária e mineira (estimulada pela produção de ferro) fomentaram o comércio, que se estendeu de norte a sul de Portugal (PINTO, 1982). As feiras e os mercados onde se comercializava os produtos da terra desenvolveram-se intensamente nesse período. Ao tempo de D. Dinis, já havia um número expressivo de feiras, contudo este rei estimulou a organização e a instalação de mais feiras em todo território português. Elas se tornaram importantes tanto por sua função econômica, quanto por se tratar de um lugar de troca de informações e conhecimentos, se consolidando como um espaço sociocultural de grande relevância no período (RAU, 1983, p.33-34).

Preocupado em fixar a sociedade litorânea portuguesa, D. Dinis providenciou o alargamento das atividades relativas à piscicultura, objetivando favorecer a população agrícola que vivia no litoral. Às ações empreendedoras de D. Dinis acrescentam-se ainda, a fomentação e o aperfeiçoamento da construção naval. Foram criados estabelecimentos marítimos nos portos portugueses, possibilitando o tráfego de navios e o comércio de exportação para os reinos vizinhos. Por meio de seu empreendedorismo, o monarca alargou o crescimento econômico do reino (SOUSA, 2012, p. 30-31).

## Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

O mosteiro foi edificado entre dois rios, fator que favoreceu a agricultura praticada pelos monges de Alcobaça, bem como a vida comunitária e o desenvolvimento econômico dessa região, sendo que:

O Alcoa nasce de várias fontes, com ramos meandrantes e encaixados em vales estreitos e profundos de rara beleza, buscando origens insondáveis no Maciço Calcário Estremenho (Serras d'Aire e de Candeeiros). O Baça, mais pequeno e convencional, corre para o rio irmão em direção diametralmente oposta. Ambos rodam de cerca de 90° e se abraçam a jusante do Mosteiro, atravessam a garganta da Fervença, irrigam os vastos Campos do Valado (anteriormente braço de mar, depois pântanos, depois férteis campos de cultivo) e, juntando-se aos Rio da Areia e ao Rio do Meio, atravessam a terceira barreira natural paralela à marna Ponte das Barcas e desaguam no areal moderno entre a Nazaré e S. Gião, templo visigótico do mais antigo cristão de que há registo em Portugal (TAVARES, 2003, p.12).

Os monges cistercienses se aproveitaram da pequena plataforma aluvionar que unia os dois rios, as quais se compunham de vastas fundações rochosas parciais estáveis – as grés -, para implementar de modo mais fácil os canais necessários à suas organizações:

[...] correndo do a leoa para o Baça e tirando partido da sua diferença de cotas, que as esclarecidas mentes cistercienses vieram a edificar uma das maiores e mais poderosas casas monásticas do Mundo Medieval e Moderno. Ao mesmo tempo, localizando-a no "fundo do alguidar" daquele conjunto hidrológico de excepção, mesmo antes da garganta apertada referida de saída, deram-lhe a sensibilidade às cheias. Desafio digno de ser compreendido e assumido por uma comunidade cisterciense, mas só por essa! Desafio que levou essa comunidade cisterciense are-implantar os rios, a modificar-lhes profundamente os traçados e a adaptá-los às suas conveniências (TAVARES, 2003, p.12).

A perfeição da propriedade da água e de sua utilização útil teve seu ápice na Europa no auge das Instituições Monásticas, momento em que a sofisticação dos moinhos e engenhos construídos e das levadas concebidas (as quais chegavam a ter 3 km de comprimento, se tornando essenciais para garantir o fluxo de água controlado, orientado e a um nível que possibilitasse potencializar a energia adequada à sua transformação em energia cinética). Possibilitando ainda, o uso diversificado desse implemento, deixando às gerações futuras um património de ordem tecnológica e um saber admirável (TAVARES, 2001). Os monges alcobacenses tiveram participação nesse empreendimento.

Os rios favoreceram esse empreendimento voltado para a agricultura do local onde estava situado o Mosteiro e suas proximidades. Contudo, observa-se que mesmo antes da coroação de D. Dinis, o Mosteiro de Alcobaça já existia e já havia se tornado famoso por sua

cultura religiosa e laboral. Entretanto, a política agrária desenvolvida por esse monarca reascendeu as chamas da produtividade tanto no espaço do Mosteiro, como em seus arredores e até mesmo em terras mais distantes, confluindo para elevação da economia no país.

No medievo, a maior atividade econômica europeia estava reservada à agricultura (LE GOFF, 1983, p.272). Nesse período a sobrevivência dos homens estava ligada às condições da natureza e as superações de seus entraves para arar o solo, bem como para o plantio e colheita de produtos agrícolas. Rememorando ainda, o fato de contarmos com tecnologia rudimentar neste período.

A proximidade de D. Dinis com os monges cistercienses se demonstrou eficaz na condução e efetivação de sua política agrária, dada a experiência desses monges na lida com a terra e o plantio. Pois, este monarca buscou reduzir a cultura de Paul Ulmar de Leiria (Pântano) e reparti-lo depois de enxuto para todos os colonos que quisessem o lavrar, tornando o solo arável sob o comando de Fr. Martinho (monge de Alcobaça) seu Esmoler (VILA NOVA, 1995, p. 45). Fato que demonstra o bom relacionamento dos monges cistercienses com o rei, bem como a troca de favores que se desenvolveu entre as duas esferas.

Logo nos primeiros anos de seu reinado D. Dinis ordenou a construção do pavimento inferior do Claustro do Mosteiro de Alcobaça, o qual recebeu o seu nome: “O Claustro de D. Dinis, iniciado em 1308 sob a mestria de Domingo Domingues, conforme lápide frente à Sala do Capítulo” (TAVARES, 2003, p. 18).



**Imagem 2** - Claustro de D. Dinis no Mosteiro de Alcobaça (333/365) (CLAUSTRO, 2018).

Foi nesse contexto em que a agricultura sobressaía face aos demais setores econômicos, que D. Dinis buscou empreender ações que visaram a transformação agrária e agrícola de Portugal. O fato dos monges de Alcobaça sobressaírem no intento agrário de D. Dinis, já estava posto mesmo antes deste rei ter assumido o poder, pois os monges cistercienses, ao tempo da

## Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

coroação do sexto rei português, já haviam povoado e colonizado a região da Estremadura (onde está localizado o Mosteiro) e, por consequência já tinham empreendido certo desenvolvimento à agricultura local.

Este rei, também empreendeu intentos contra o despojamento e a inutilidade das terras improdutivas dos nobres nas regiões fronteiriças, mostrando-lhes que essas terras deviam ser cultivadas e habitadas para dificultar qualquer invasão futura, como havia ocorrido no caso dos muçulmanos que invadiram e dominaram a Península Ibérica do séc. VII ao XII, quando ocorreu a Reconquista. Deste modo, como parte integrante de sua política agrária D. Dinis doou foros da nobreza ao trabalho agrícola, declarando que os fidalgos não perderiam a hierarquia nem as honras por se tornarem lavradores. D. Dinis buscou atenuar a carência de produtividade nas terras despovoadas ou improdutivas, intervindo efetivamente no processo de colonização e povoamento, bem como na implementação de leis relativas às questões fundiárias. Demonstrando preocupação também quanto à construção de canais para irrigação e com a secagem dos pântanos. Pois, através do controle do quantitativo de água aplicada ao cultivo da plantação, sua produtividade seria enriquecida.

O empreendimento dos monges cistercienses em Alcobaça demonstrava os vastos conhecimentos dessa ordem quanto a utilização do solo e aperfeiçoamento do cultivo dos produtos agrícolas. Demonstrando o poder desses monges de transmitir seus conhecimentos tanto a comunidade local quanto a população diversificada. Esses monges desenvolveram os registros dos solos cultiváveis e os direcionou à comunidade local, fazendo valer o desenvolvimento dessa ação.

Outrossim, os colonos que desenvolviam atividades laborais nos coutos locais produziam para sua própria subsistência ou para pagar as rendas monacais. Dentre os gêneros de destaque estavam, o pão, o azeite, o vinho, as leguminosas e diversas espécies de frutas. O Mosteiro disponibilizava madeiras das matas locais para que os colonos pudessem construir suas moradias e lhes concedia também instrumentos agrícolas favorecendo a habitação da região e o melhor desenvolvimento agrário por parte desses colonos. As cartas de povoamento registradas pelo Mosteiro estipulavam o dever de cultivar a porção de terra recebida pelos colonos, caso descumprissem essa cláusula perdiam o direito à terra.

Quanto às granjas que os monges alcobacenses administravam no centro de Portugal e no Alentejo, essas eram localizadas em terrenos favoráveis à agricultura, favorecendo a política agrária de D. Dinis de povoar as terras desabitadas. Tal sobressaiu o desenvolvimento da agricultura nesse período que os monges podiam tirar de suas propriedades todos os produtos

que necessitavam, suprindo suas necessidades básicas de forma ampla e satisfatória e ainda, lhes restavam alimentos para comercializarem nas feiras.

Como se sabe, os cistercienses, praticaram a gestão direta, usaram o trabalho manual dos conversos (mão de obra quase gratuita), desenvolveram a economia de produção e trocas, construíram granjas próximo à estradas, organizaram transportes, meio de conservarem seus produtos e de comercializa-los, seus lucros lhes garantiram a aquisição de vastas terras (MATTOSO, 1985, p.194).

O título atribuído pelos portugueses à D. Dinis de rei-Lavrador, se deu pelas inúmeras terras que este rei levou a ser cultivada, fosse por sua política de povoamento, ou pelos ensinamentos realizados por meio da prática do cultivo do solo administradas pelos monges de Cister que se espalhou amplamente pelo reino português. A administração das terras e organização documental incrementadas pelos monges, também deu suporte à política régia. Deste modo, o rei se serviu dos préstimos cistercienses também nos negócios públicos da coroa, atribuindo aos monges atividades de confiança como supervisionar construções, dentre outras (SANTOS, 1710, p.158).

A política agrária idealizada por D. Dinis, ocorreu por meio da implantação de medidas legais, para além da ocupação e colonização de territórios despovoados em regiões fronteiriças e interioranas, assim como por meio da desapropriação de terras improdutivas do clero, através da distribuição de terras patrimoniais ou da coroa que lavradores se dispusessem a cultivar, incrementando o plantio de cereais, cujo objetivo se centrava em abastecer os portugueses e comercializar a produção excedente.

### **Considerações Finais**

A participação direta ou indireta dos monges cistercienses contribuiu para o desenvolvimento da política agrícola idealizada e implementada por D. Dinis, fosse pelo *modus vivendi* dessa ordem, em que se privilegiava os preceitos da Regra de São Bento (Bento de Núrsia – 480-547 -): *Ora et labore*. Vida regida pela oração e trabalho. Baseada no silêncio, fator relevante para que os monges de Alcobaça, dedicassem suas vidas aos estudos e à busca pelo conhecimento intelectual e da vida prática se sobressaindo como monges ligados à agronomia, à preparação do solo, ao plantio e cultivo de cereais, frutas e demais produtos agrícolas, favorecendo o incentivo e ensinamento da população local quanto ao fazer agrícola. Bem como, disseminando a elevação da produção dos produtos e, por conseguinte,

comercialização dos excedentes, dinamizando o comércio e alavancando as atividades econômicas de Portugal ao tempo de D. Dinis.

Para além de administrarem as terras despovoadas consolidando e implementando o intento de povoação, bem como o de cultivo desses solos improdutivos, os monges ainda deram seus contributos em atividades régias que necessitavam da intervenção e supervisão de um corpo comprometido, atuante e de vasto conhecimento nas atividades relativas às edificações de construções, reformas ou ampliações de edifícios, bem como aptos a organizar e administrar bens e redigir documentos favoráveis à boa administração do reino.

As atividades desenvolvidas por esses monges na célebre biblioteca do Mosteiro, corroborou para que se tornassem intelectuais para além de excelentes cultivadores do solo e exímios artífices da rede hidráulica alcobacense, desenvolvendo técnicas agrícolas que ultrapassavam o conhecimento no medievo.

Os monges eram conhecedores das técnicas agrícolas e os seus saberes foram fundamentais para modernizar e desenvolver a agricultura nos coutos de Alcobaça, assim como foram exímios transmissores destes saberes para colonos e posseiros agricultores de Portugal. A eficácia dessa política agrária de D. Dinis contou com a colaboração e dedicação dos monges cistercienses que bem souberam levar esse projeto a cabo.

Outrossim, o Mosteiro de Alcobaça, além de estar catalogado como um Patrimônio da Humanidade, representou um lugar de vastos saberes, e de diversas histórias e memórias, que se fazem presentes no imaginário social, por meio da representação dos túmulos de Pedro e Inês de Castro, caso que ganhou repercussão mundial por causa da tragédia anunciada por relações de poder e pela ação inusitada de preservar os títulos régios no medievo, ocasionada pelo romance histórico entre dois personagens (um nobre e outro não). Gerando o repúdio da sociedade ao ato trágico do rei D. Afonso IV que pôs fim à essas duas vidas. Visto que “os lugares de memórias são espaços carregados de consciência comemorativa. Esses lugares são criados para que a lembrança de certos acontecimentos seja constantemente evocada” (SOUSA; NORONHA, 2021, p. 351). Os lugares de memória são “bastiões sobre os quais a história se uniformiza como um símbolo da memória. A edificação desses lugares “pressupõe apressadamente que essas memórias estão sofrendo ameaças de serem varridas”. (SOUSA; NORONHA, 2021, p. 351-352). Contudo, essas construções monumentais representam a “eternização” da busca memorial de acontecimentos passados, para além dos registros escritos, temos os monumentos memoriais petrificados, como o Mosteiro de Alcobaça e tantos outros espaços que se configuram como guardiões de memórias.

## Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Deste modo, interpreta-se que a participação dos monges cistercienses de Alcobaça foram essenciais para o desenvolvimento econômico português no medievo, tornando o período administrado pelo sexto rei português uma época áurea para a agricultura e economia lusitana.

### REFERÊNCIAS

#### Documentos

ANTT. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Institutos dos Arquivos: **Mosteiro de Alcobaça**, 1º incorp., Documentos Particulares mº 1, Doc. 13.

ANTT. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Institutos dos Arquivos: **Mosteiro de Alcobaça**, PT/TT/MSMALC/1DR1/1; Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1.ª incorporação, Documentos régios, mç 1, n.º 1.

CARTA DE VENEZA, maio de 1964. In: **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 26/12/2022.

**DIARIO DO GOVERNO**, Nº 136, de 1910-06-23, pp. 2163 – 2166. Disponível em: <[https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/decsmaria/Decreto23\\_06\\_1910.pdf](https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/decsmaria/Decreto23_06_1910.pdf)>. Acesso em: 22/12/2022.

ICOMOS - **Proposta de Candidatura do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça a Património Mundial da UNESCO**. Paris: 1989. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/505/documents/>. Acesso em: 03/01/2023.

UNESCO – Paris, 1989. 13ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/repcom89.htm#505> . Acesso em 05/01/2023.

UNESCO - Paris, 1972. Convenção do Património Mundial, a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural. In: **Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio**. Brasília, DF: IPHAN, 2006, pp. 269-286.

#### Bibliografia geral

ANTUNES, J. F. D. **Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça Análise das intervenções efectuadas nos últimos 50 diagnósticos das anomalias actuais e proposta de intervenção futura**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Lisboa, Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, 2013.

AIRES, A. N. Biblioteca Nacional de Lisboa. Alcobacenses, 415. *Livro e leituras em ambiente alcobacense*. In. **IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa**. Actas, Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 147-165.

AZEDEDO, R. P. (orgs.). **Documentos Medievais Portugueses**. Lisboa: Academia Portuguesa da História. Documentos régios, t. 1, 1958, p. 297-8, n.º 243; t. 2, 1962, p. 745-6, n.º LI.

COELHO, A.; MADURO, A. e RASQUILHO, R. O Céu, a Pedra e a Terra: Os Cistercienses em Alcobaça. In. **Congresso Mosteiro da Batalha**: Centro do Património da Estremadura, 2012.

FERNÁNDEZ, J. C. Os doze trabalhos de D. Dinis. In. **Dinis o Rei Civilizador**: uma visão inovadora da vida e obra de um rei sábio e justo. Lisboa: Ésquilo, 2009, pp.37-42.

GOMES, S. A. Entre memória e história: os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça (1152-1215). In. **Revista de História da Cultura e Sociedade**, 2, 2002, p.187- 256.

FERNANDES, P. A. Mosteiro de Alcobaça. In. **Guia português**: Instituto de gestão do património arquitetónico e arqueológico. Lisboa: Palácio Nacional da Ajuda, 2008.

GONÇALVES, I. Alcobaça e Leiria: uma relação de vizinhança ao longo da Idade Média. **História**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 4, 2019, pp. 89-102.

HENRI, P. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 2007.

JORGE, V. F. **Caminhos da água no mosteiro de Alcobaça**. Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, 2019.

LEROUX, G. **São Bernardo (1090-1990)**. Biblioteca Nacional: Lisboa, 1991.

LIMA, J. P. de A. **Armas de Portugal**: Origem, evolução, significado. Lisboa: Ed. INAPA, 1998.

MARQUES, A. H. R. de O. **Introdução à História da agricultura em Portugal**. Lisboa: Editora Cosmos, 1968.

MATTOSO, J. **Identificação de um país**: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325. Lisboa: Editorial Estampa, 1985. 2 v.

NATIVIDADE, J. V. **Mosteiro de Alcobaça**: notas históricas, a igreja, os túmulos, os mosteiros. Universidade do Porto: Porto, 1929.

NATIVIDADE, J. V. **Os monges agrónomos do mosteiro de Alcobaça**. Tipografia Alcobacense Limitada: Alcobaça, 1942.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In. **Projeto História**. São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 7-28.

PINTO, A. C. **Diónisos**: poeta e rei. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

RAU, V. **Feiras portuguesas medievais**. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

SÃO BOAVENTURA, F.F. **História chronologica e crítica da Real Abadia de Alcobaça**. Lisboa: Impressão Regia, 1827.

Notandum, ano XXVI, 2023  
CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

SANTOS, F. M. **Alcobaça Ilustrada**. Coimbra: Oficina de Bento Seco Ferreira, 1710, p. 346.

SOUSA, C.T. de; NORONHA, G. C. Ensinar e aprender história em espaços de evocação de memória. In. REIS, M. B. de F.; OLIVEIRA, D. J.; FREITAS, C. C. **Educação no contexto atual**: interlocuções teóricas e práticas. Goiânia: Scotti, 2021.

SOUSA, C. T. **Os judeus nos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV**: uma análise da legislação portuguesa, nos séculos XIII. In. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de História da UFG, 2012, f.170.

TAVARES, J. P. Riscos naturais na Alcobaça cisterciense. In. **Revista Territorium**. *Unirio*, vol. 10, 2003.

TAVARES, J. P. **Sistema Hidráulico Cisterciense, capítulo do Roteiro Cultural de Alcobaça**: A Oeste da Serra dos Candeeiros. Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça e da ADEPA, 2001.

TEODORO, L. A. Os mosteiros e a produção escrita em Portugal. In: **A escrita do passado entre monges e leigos**: Portugal – séculos XIV e XV. Editora UNESP: São Paulo, 2012, pp. 25-54. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acessado em: Ago/2021.

VAN BATH, B. H. S. **História agrária da Europa Ocidental (500-1850)**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

VILLA NOVA, B. **Mais subsídios para a História de Alcobaça**. Tipografia Alcobacense Ld', 1962. Reeditado em 1995.

## Imagens

MEHLING, I. **Fachada principal do Mosteiro de Alcobaça**. 2013. 1 fotografia, color. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3d/Alcobaca\\_-\\_Front.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3d/Alcobaca_-_Front.jpg). Acesso em: 04 dez. 2023.

**CLAUSTRO de D. Dinis no Mosteiro de Alcobaça (333/365)**. 2018. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://espreitaromundo.com/claustro-de-d-dinis-mosteiro-de-alcobaca-333-365/>. Acesso em: 04 dez. 2023.